

## A NECROPOLÍTICA DO DENDÊ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE A SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO NORDESTE PARAENSE DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

**The necropolitics of palm oil: some sociological considerations on the situation of indigenous and quilombolas in northeast pará during the Bolsonaro government**  
**La necropolítica del aceite de palma: algunas consideraciones sociológicas sobre la situación de los pueblos indígenas y quilombolas en el noreste de pará durante el gobierno de bolsonaro**

Marlon Kauã Silva Cardoso

Mestrado em Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Belém-PA, Brasil

Marlonka.mk@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2019-5119>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

### RESUMO

O presente estudo foi realizado a partir da coleta de jornais eletrônicos, entre os anos de 2018 e 2023, que descrevem a situação social de indígenas e quilombolas na região de fricção interétnica de Tomé-Açu. A questão/objetivo central deste trabalho é entender como a dendêicultura, na Amazônia paraense, durante o governo Bolsonaro (2019/2022), aprofundou os problemas socioambientais envolvendo comunidades tradicionais e indígenas. Nossos achados buscam checar a premissa de que as empresas de dendê, durante e juntamente com governo Bolsonaro, deixou de lado a roupagem de um discurso de sustentabilidade e aprofundou os conflitos socioambientais envolvendo indígenas/quilombolas e empresas dendrícolas já presentes também nas fases de expansão da monocultura, durante os governos Lula, através do Programa Nacional de Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), em 2010, mas com a diferença de que, neste período, o dendê era visto como uma alternativa para o crescimento econômico, combinada com a preservação do meio ambiente, e não apenas como uma necropolítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dendêicultura. Indígenas. Quilombolas. Necropolítica. Conflitos socioambientais.

### ABSTRACT

This study was carried out by collecting electronic newspapers, between 2018 and 2023, which describe the social situation of indigenous and quilombola people in the interethnic friction region of Tomé-Açu. The central question/objective of this work is to understand how oil palm cultivation in the Amazon of Pará, during the Bolsonaro government (2019/2022), deepened the socio-environmental problems involving traditional and indigenous communities. Our findings seek to verify the premise that palm oil companies, during and together with the Bolsonaro government, left aside the guise of a sustainability discourse and deepened the socio-environmental conflicts involving indigenous/quilombola people and palm oil companies that were already present in the phases of monoculture expansion during the Lula governments through the National Biodiesel Use Program (PNPB), in 2004, and the Sustainable Palm Oil Program (PSOP), in 2010, but with the difference that, in this period, palm oil was seen as an alternative for economic growth combined with environmental preservation, and not just as necropolitics.

**KEYWORDS:** Oil palm cultivation. Indigenous people. Quilombolas. Necropolitics. Socio-environmental conflicts.

## RESUMEN

El presente estudio se realizó a partir de la recopilación de periódicos electrónicos entre los años 2018 y 2023, que describen la situación social de los indígenas y quilombolas en la región de fricción interétnica de Tomé-Açu. La cuestión/objetivo central de este trabajo es entender cómo la dendecultura en la Amazonía paraense, durante el gobierno de Bolsonaro (2019-2022), profundizó los problemas socioambientales que involucran a las comunidades tradicionales e indígenas. Nuestros hallazgos buscan verificar la premisa de que las empresas de dendé, durante y junto con el gobierno de Bolsonaro, dejaron de lado el discurso de sostenibilidad y profundizaron los conflictos socioambientales que involucran a los indígenas/quilombolas y las empresas dendrícolas, ya presentes en las fases de expansión del monocultivo durante los gobiernos de Lula, a través del Programa Nacional de Uso del Biodiésel (PNPB) en 2004 y el Programa Sostenible de Aceite de Palma (PSOP) en 2010. Sin embargo, la diferencia es que, en ese período, el dendé se veía como una alternativa para el crecimiento económico combinado con la preservación del medio ambiente, y no solo como una necropolítica.

**PALABRAS CLAVE:** Dendecultura. Indígenas. Quilombolas. Necropolítica. Conflictos socioambientales.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado a partir da coleta de jornais eletrônicos, entre os anos de 2018 e 2023, que descrevem a situação social de indígenas e quilombolas na região de fricção interétnica de Tomé-Açu. Preferimos esse termo, como sugerido por Oliveira (1967), porque ressalta o conflito étnico entre sujeitos, dialeticamente opostos, da sociedade nacional e das sociedades indígenas, ao de “microrregião de Tomé-Açu”, cunhado pelo IBGE, pois entendemos que esta última classificação cartográfica esvazia a região de seu significado social e não ajuda a entender as tensões que ocorrem entre quilombolas/indígenas e empresas de dendê.

A questão/objetivo central deste trabalho é entender como a dendecultura, na Amazônia paraense, durante o governo Bolsonaro (2019/2022), aprofundou os problemas socioambientais envolvendo comunidades tradicionais e indígenas. Diferentemente das suas primeiras fases de expansão, no nordeste paraense – a partir de 1950, relacionada a um planejamento estatal, através da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e mais tarde, através do Programa Nacional de Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e com o Programa Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), em 2010, que buscavam o crescimento econômico combinado com a preservação do meio ambiente –, sob o governo Bolsonaro, a política para o dendê foi desenhada para ser uma necropolítica, como definido por Mbembe (2016), onde a soberania do Estado é entendida como a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição ambiental de corpos humanos e populações.

O artigo é dividido em duas partes. Na primeira, apontamos as medidas estatais que viabilizaram a dendecultura, na Amazônia paraense; durante os governos militares, a dendecultura foi vista como atividade produtiva geradora de divisas, empregos (Cruz

[...] recursos oriundos do POC, do Finame, do Poloamazônia e do IOF; a parte rural contava com a Poloamazônia, com o Programa Nacional de Fronteira Agrícola e do Fiset; ambas desfrutavam de isenção de impostos de renda, de ICMS e de isenção de impostos para máquinas e equipamentos (Cruz; Rocha, 2007).

Com efeito, três eram os níveis que o projeto piloto buscava abranger, conforme descreve Clara Martins Pandolfo (1973)<sup>1</sup> : o técnico, visando dotar a região com uma cultura altamente rentável, compatível com o clima e solo amazônico, isto é, que supostamente seria sustentável sob o ponto de vista ecológico; o econômico, para suprir as necessidades locais a partir da substituição de importações de outros centros do país, e promover a criação de divisas, através da exportação do dendê para o mercado exterior; e o social, buscando valorizar e estimular o produtor rural na busca de melhorar sua condição de vida (Pandolfo, 1973).

Nesse sentido, o que esses três níveis de planejamento revelam é que o projeto para o dendê na Amazônia foi gestado, desde o início, por uma lógica desenvolvimentista onde o Estado endossa uma modernização conservadora “[...] através de um modelo que, de um lado, forma massas excluídas da condição de beneficiárias das políticas públicas [...]. De um outro lado, trata os segmentos oligárquicos de forma privilegiada” (Loureiro, 2001, p. 37).

Uma segunda fase do dendezeiro relaciona-se com a promessa de uma bioeconomia. Ela ganhou força a partir de 2004, com a criação do marco regulatório que institucionalizou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e viabilizou o biodiesel enquanto matriz energética no Brasil, com a lei nº 11. 097, de 13 de janeiro de 2005 que, em seu art. 2º, introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira (Brasil, 2005).

Outra medida que buscou fortalecer a bioeconomia do dendezeiro foi o Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil (PSOP), em 2010, quando a dendêicultura passou a ser estimulada com mais intensidade na Amazônia (Nahum; Santos; Santos, 2020). Aqui, o óleo de amêndoas do dendê passa a ser visto como matéria vegetal para o biocombustível. E os Zoneamentos Agroecológicos do Dendê, que mapearam as zonas antropizadas com potenciais climáticos e de solo, livres do Amarelamento Fatal, para o cultivo da Palma (Venturieri *et al.*, 2013).

Nesse sentido, o dendê relaciona-se à bioeconomia, que lembra Brand e Wissen (2021), ao fortalecer os seguintes aspectos: a biomassa como matéria vegetal para o biocombustível; a ideia de que a natureza é substituível; a ideia de que preservação da floresta, através do reflorestamento, é uma condição para a valorização econômica do capital.

Não obstante, o dendezeiro, durante os governos Lula, e mesmo antes, durante os governos ditatoriais, receberam incentivos governamentais. Entretanto, durante governos petistas, predominou regulamentações estatais, metas socioeconômicas (geração de empregos, divisas, renda, desenvolvimento local) e metas socioambientais (reflorestamento, produção de energia limpa, inclusão de agricultores familiares) para que as empresas dendêcolas cumprissem, seguido da conciliação de interesses da agricultura familiar, com o agronegócio do dendê (Mota; Mourão Júnior; Schmitz, 2019).

A bioeconomia, vale ressaltar, é uma produção baseada no conhecimento e no uso de recursos renováveis que promete fornecer produtos, técnicas e serviços em todos os setores econômicos, dentro de um sistema sustentável. Em vez de cadeias de valor, a bioeconomia fala de "ciclos de valor" que são criados e recriados pela agricultura, pela silvicultura, pela pesca, pela indústria e pelo setor de serviços. Os insumos da bioeconomia são as biomassas e as fontes de energias renováveis: energia solar, energia eólica e geotérmica, bem como a cana-de-açúcar ou o óleo de palma para o biocombustível (Brand; Wissen, 2021).

Por outro lado, para a bioeconomia, a valorização do capital não significa apenas destruição, mas também preservação como uma condição fundamental. Dessa perspectiva, surge o conceito de "apropriação verde" dos recursos naturais. Trata-se de uma política ambiental e energética que faz o pagamento por serviços ecossistêmicos, para a conservação de florestas para sumidouros de CO<sub>2</sub> e reservas de biodiversidade. A

bioeconomia passa ser uma forma de combinar práticas de exploração da natureza, não "destrutivas", mas altamente lucrativas (Brand; Wissen, 2021, p. 241).

Por exemplo, o desenvolvimento da biotecnologia constitui novos recursos genéticos essenciais para determinadas áreas do capital, como as indústrias de sementes e farmacêuticas. Determinados recursos diferem dos fossilistas, pois seu uso não é acompanhado de transformação, mas sim de sua proteção (Brand; Wissen, 2021).

Para a bioeconomia, do ponto de vista simbólico, trata-se de uma convicção de que a natureza é, em princípio, substituível: as emissões de gases seriam compensadas com reflorestamentos; que os ecossistemas aniquilados por uma construção rodoviária serão restaurados em outra; que qualquer poluição será compensada por uma árvore plantada etc. Nesse sentido, a ideia de economia ambiental neoclássica, segundo a qual o "capital natural" pode ser substituído, desde que o estoque de capital continue crescendo, torna-se senso comum (Brand; Wissen, 2021, p. 244).

Uma terceira forma de valorização é a que faz parte de um capitalismo verde em seu sentido estrito, isto é, a compra ou arrendamento de grandes extensões de terra, vistas como "degradadas" por intervenções nacionais ou estrangeiros. Aqui, a terra é vista como objeto para alcançar os objetivos das políticas energéticas, como é o caso dos biocombustíveis, ou agrocombustíveis, no Sul Global (Brand; Wissen, 2021).

Sobre este último aspecto da bioeconomia – a da política energética -, segundo Lima (2011), o biodiesel é um combustível obtido a partir de matérias-primas vegetais ou animais. As matérias-primas vegetais derivam de óleos vegetais, como, por exemplo, a soja, a mamona, a colza (canola), a palma (dendê), o girassol, o pinhão e o amendoim, entre outros. O nome "biocombustível" deve-se ao fato de derivarem da biomassa (matéria orgânica de origem vegetal ou animal que podem ser utilizadas na produção de energia renovável).

Conforme o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a adição do biodiesel ao óleo diesel passou de 11% em volume, a partir de setembro de 2019, como pondera a lei nº 13.263/2016. Além disso, no mesmo ano, foram registrados aumentos de 10,3% em comparação a 2018; em termos regionais, no Norte, Nordeste, Sudeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ocorreu um crescimento produtivo de 6,0%, 20,7%, 9, 2%, 9% e 10, 2%, respectivamente (Brasil, 2020).

Segundo Feroldi, Gremonez e Estevam (2014), as espécies com maior potencial produtivo de biodiesel são o dendê e o coco, posto que possuem a vantagem de serem culturas perenes e com colheita contínua durante o ano. No Brasil, a espécie mais utilizada para este fim é a do dendê, haja vista que é a oleaginosa mais produtiva do mundo, e que é cultivada e produzida em larga escala na região amazônica.

O incentivo à bioeconomia do dendezeiro, por parte do Estado, fica evidente, por exemplo, no discurso do presidente Lula, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região de Tomé-Açu - PA, em 6 de maio de 2010. Primeiro, ele referiu-se ao biocombustível, enfatizando a importância do dendê enquanto sua matéria vegetal:

O biodiesel é um produto que nós estamos produzindo para substituir o óleo diesel tirado do petróleo, que é muito poluente. Então, o biodiesel vai ser produzido no Brasil, de dendê; vai ser produzido aqui nesta região, do dendê, esta palma óleo tão falada; vai ser produzido de soja; vai ser produzido de mamona; vai ser produzido de pinhão manso e vai ser produzido de outras, de outras oleaginosas existentes no Brasil. É um programa novo. Os nossos carros já estão utilizando 5% de óleo de... 5% de óleo vegetal de biodiesel misturado ao óleo diesel do petróleo. Mas nós trabalhamos com a hipótese de que um dia nós teremos 100% de biodiesel, ou seja, quando o cara ligar o motor do carro não vai ter o cheiro de um óleo fedido, vai ser um óleo de alguma planta que nós então vamos conhecer (Brasil, 2010, p. 3).

Posteriormente, o então presidente referiu-se à possibilidade de recuperação das áreas degradadas, mapeadas pelos ZAEs, através dos plantios das mudas de dendê:

Em primeiro lugar, devemos deixar bem claro que o zoneamento agroecológico que estamos anunciando só permite a plantação de palma em áreas que já foram desmatadas antes de 2008. Eu vou repetir aqui, para a nossa gloriosa imprensa anotar direitinho: devemos deixar bem claro que o zoneamento agroecológico que estamos anunciando só permite a plantação da palma em áreas que já foram desmatadas antes de 2008 (Brasil, 2010, p. 6).

Além disso, ele fez a menção à possibilidade de geração de renda através da agricultura por contrato entre agricultores familiares e o agronegócio do dendê, enfatizando a importância do Pronaf-Eco:

Companheiros, prestem atenção em uma coisa que é interessante para o povo da região: os agricultores familiares interessados em ingressar na cadeia produtiva poderão se beneficiar do Pronaf Eco, que permite empréstimos de até R\$ 65 mil,

com juros anuais de 2%, carência de seis anos e prazo para pagamento em 14 anos. Eu vou, eu vou repetir, eu vou repetir aqui: os agricultores familiares interessados em ingressar na cadeia produtiva poderão se beneficiar do Pronaf Eco, que permite empréstimos de até R\$ 65 mil, com juros anuais de 2% ao ano, carência de seis anos e prazo de pagamento para 14 anos [...]. O diferencial dessa linha é que durante o prazo em que o agricultor espera a palma produzir – o que pode durar até cinco anos – prestem atenção, entre vocês pegarem a semente, a mudinha, e plantar, ela vai demorar cinco anos. O que vai acontecer? Ninguém pode ficar cinco anos em pé, do lado da palma, vendo a bichinha crescer, porque plantador de palma que não come não para em pé. Então, enquanto ele está esperando os cinco anos, ele conta com uma remuneração pela sua mão de obra. Ou seja, ele vai receber um salário, enquanto a sua planta cresce (Brasil, 2010, p. 9-10).

Não obstante, percebe-se, nos discursos do presidente Lula, os seguintes aspectos: bioeconomia, que lembra Brand e Wissen (2021); a biomassa como matéria vegetal para o biocombustível; a ideia de que a natureza é substituível; a ideia que preservação da floresta, através do reflorestamento, é uma condição para a valorização econômica do capital. Contudo, acrescentamos ainda a possibilidade de geração de empregos verdes através da agricultura por contratos. No discurso do presidente Lula, é visível a noção de que o dendê pode ser uma atividade produtiva geradora de renda e

emprego verdes para os trabalhadores, os incluindo, através de subsídios de créditos como o Pronaf-Eco, aos “ciclos de valor” do dendê. Todavia, a bioeconomia não foi capaz de dar fim ao “moinho satânico” que acompanha a própria dinâmica de acumulação capitalista, sobretudo na região de fricção interétnica de Tomé-Açu, como mostram os seguintes estudos.

Corrobora com essas impressões, sobre o neoxextractivismo do dendê como sendo nociva para os camponeses, o estudo de Carvalho (2016) sobre as metamorfoses no espaço de Tomé-Açu, utilizando a vila Forquilha como estudo de caso. Os plantios de dendê da região encontravam-se sob as dependências das agroindustriais Biopalma e da Galp, atualmente em posse do grupo BBF. Da perspectiva econômica, a chegada das empresas na região ofereceu a oportunidade de emprego, de uma renda fixa com carteira de trabalho assinada. Esse fator foi atrativo e fomentou imigração de agricultores que venderam suas terras para trabalhar na fábrica, bem como de outros fluxos imigratórios do nordeste, sul e sudoeste do Brasil (Carvalho, 2016, p. 78-85). A instalação da dendicultura da Vila Forquilha alterou a relação dos moradores com o seu lugar, isto é, do agricultor com a terra, pois ocorreu uma metamorfose do espaço. Antes do dendê, os agricultores viviam para sua própria reprodução social através da agricultura de subsistência e da criação de animais. Entretanto, após o agronegócio, os agricultores familiares passaram a viver da agricultura por contrato e do próprio salário que a empresa pagava a eles (Carvalho, 2016).

Ainda sobre a dendicultura em Tomé-Açu, Albuquerque (2018) chama atenção para os problemas que a palma do dendê trouxe para os camponeses na região, como a falta de auxílio técnico e financeiro aos agricultores, bem como a substituição de suas culturas não permanentes pelas permanentes.

Os efeitos da dendicultura, contudo, não recaem apenas sobre as populações camponesas da Amazônia, mas também sobre indígenas e quilombolas. Nahum e Thury (2015) produziram uma importante pesquisa sobre as tensões territoriais entre a empresa Imerys e Biopalma (hoje BBF) com os indígenas da tribo dos Tembé Turé-Mariquita, em Tomé-Açu, e entre os próprios indígenas, a partir das transformações provocadas com a chegada da empresa no entorno dos territórios Tembé. Dentre os principais motivos do conflito entre indígenas e empresas de dendê, em Tomé-Açu, referem-se à prioridade do povo Tembé pela aquisição de novas terras, saneamento básico nas aldeias e apoio nas atividades ligadas à agricultura, principal fonte de renda, bem como melhoria na

infraestrutura e os impactos ambientais que o dendê traz para esses grupos sociais.

Nesse sentido, percebe-se os efeitos negativos, sociais e ambientais para as comunidades tradicionais e povos originários da Amazônia. Alves (2014) abordou parte da história de uma comunidade negra rural chamada Santa Maria do Traqueateua, no município de Moju, Estado do Pará, que incorpora fatores étnicos em sua luta pela terra, autodefinindo-se como remanescentes de quilombo frente aos avanços da empresa de dendê MEGABORGES, que vem cercando suas terras com o objetivo de expulsar os grupos que nela vivem.

Não obstante, ao contrário do que prometiam, os governos progressistas no Brasil não promoveram o desenvolvimento sustentável. O exemplo da dendêicultura, na microrregião de Tomé-Açu, é importante porque revela essa contradição entre, de um lado, o discurso que endossa uma bioeconomia, e, do outro, uma realidade concreta recheada de problemas socioambientais. São inúmeros os textos que registram, a partir de lentes heurísticas, os problemas do neoextrativismo da palma para os grupos sociais territorializados na Amazônia.

Todavia, ante o avanço de atividades neoextrativistas como o dendê, a partir de 2004, acreditamos que a dinâmica das lutas socioambientais foi lançando as bases de uma linguagem comum para a valorização da territorialidade, similar ao conceito de Svampa (2019) de "giro ecoterritorial", ilustrado pelas convergências de diferentes matrizes (matriz indígena-comunitária e a narrativa autonômica, numa chave ambientalista) que foram acrescentadas pelas diferentes teorias feministas. Com isso, surge uma narrativa comum que busca dar conta do modo como se pensam e representam as atuais lutas socioambientais, centradas na defesa da terra e do território. Ou seja, "O giro ecoterritorial se refere à construção de marcos de ação coletiva que funcionaram, ao mesmo tempo, como estrutura de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos" (Svampa, 2019, p. 62-63).

Portanto, a partir do "giro ecoterritorial", os conflitos socioambientais foram ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, no qual os atores envolvidos e confrontados possuem interesses e valores em torno dos deles, apresentando assimetrias de poder na disputa. A linguagem da valoração refere-se sobretudo às distintas formas de compartilhar ou intervir no território, no meio ambiente, seja para sua preservação ou proteção (Svampa, 2016).

As lutas socioambientais na América Latina estabeleceram, nessa lógica, as bases para a valoração das territorialidades, através de uma influência inovadora entre a matriz

indígena comunitária e o discurso ambientalista. Essa convergência é expressa no "giro

ecoterritorial", no qual "[...] vai dando conta do modo como são pensadas e representadas, sob a perspectiva das resistências coletivas, as atuais lutas socioambientais centradas na defesa da terra e do território" (Svampa, 2016, p. 146).

Quando as organizações e movimentos sociais falam em giro ecoterritorial referem-se aos "marcos da ação coletiva" que são, na verdade, estruturas de significação e esquemas de interpretação de contestação ou de alternativas. Com efeito, o giro ecoterritorial não é apenas uma disputa pelos recursos naturais, mas também uma disputa pela construção de novos tipos territorialidades baseados na proteção comum (patrimônio cultural, social e cultural). Vincula-se, em alguns casos, à noção de "território herdado", por conta das famílias, comunidades e ancestralidades, e a ideia de "território originário", este último vinculado às comunidades indígenas e camponesas (Svampa, 2016, p. 148-150).

O giroecoterritorial, sobretudo de indígenas e quilombolas, também pode ser traduzido em uma defesa do lugar contra os avanços de um neoextravismo subsumido à globalização. O lugar deve ser compreendido como protesto ao capitalismo e as naturezas modernas. O lugar, na verdade, é a localidade de uma multiplicidade de formas políticas e culturais, isto é, de um lugar transformando-se em política, como demonstram os exemplos históricos dos movimentos sociais das florestas tropicais e de outros movimentos ecológicos (Scobar, 2005).

Portanto, essas lutas socioambientais em defesa do território/lugar explodem, como veremos adiante, durante o governo Bolsonaro. O giro ecoterritorial passa a ser uma resposta à necropolítica praticada pelo governo que buscou transformar o território dos indígenas e dos quilombolas em "territórios mortos". Durante esse período, o discurso deixa de endossar a bioeconomia neodesenvolvimentista, para a defesa irrestrita do livre mercado por uma governamentalidade neoliberal.

### **3 DENDEICLUTURA, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DURANTE O GOVERNO BOLSONARO OU A CRIAÇÃO DE “MUNDOS MORTE” NA AMAZÔNIA**

Como vimos, o dendeizeiro, durante os governos Lula, e mesmo antes, durante os governos ditoriais, receberam incentivos governamentais. Predominaram, nessa última fase, regulamentações estatais, metas socioeconômicas (geração de empregos, divisas, renda, desenvolvimento local) e metas socioambientais (reflorestamento, produção de

energia limpa, inclusão de agricultores familiares) que fossem cumpridas pelas empresas dendêcolas.

No entanto, durante o governo Bolsonaro, passou a existir uma outra governamentalidade, combinada com uma necropolítica, que afeta os grupos sociais sob influência do dendê, sobretudo indígenas e quilombolas que possuem uma relação particular com o território. Trata-se do agravamento dos conflitos socioambientais no nordeste paraense, a partir da lógica do neoliberalismo e do necropoder.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos, certas subjetividades. Com o neoliberalismo, o que está em jogo é a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo é uma racionalidade, isto é, uma "governamentalidade" que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados: "O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais" (Dardot; Laval, 2007, p. 27).

A forma particular de governo do neoliberalismo, sobretudo nos países da periferia do capitalismo, é a prática da necropolítica. Aqui, a soberania do Estado é entendida como a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição ambiental de corpos humanos e populações. A política é a morte que vive da vida humana. Essa é a definição de soberania, a saber: arriscar a totalidade de uma vida (Mbembe, 2016).

A necropolítica e o necropoder são as maneiras, portanto, pelas quais armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima das pessoas e da criação de "mundos de morte", formas de existência sociais particulares e novas, nas quais as populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de "mortos-vivos" (MBEMBE, 2016, p. 146).

No Brasil, o governo Bolsonaro conferiu o status de "mortos-vivos" aos indígenas e quilombolas, ao transformar seus territórios em "mundos de morte". A política, durante o governo Bolsonaro, foi uma ofensiva contra os princípios constitucionais, que nos alçou à condição de crise do Estado democrático de direito. Essa política foi desenhada para deixar morrer ou produzir a morte de diferentes grupos tradicionais, entre eles, os trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, e de seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas (Bronz; Zhouri; Castro, 2020).

O ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, na verdade, já expressava aversão

às minorias antes mesmo de assumir a presidência da república, como ficou claro e seudiscocurso, em uma palestra para mais de 300 pessoais, sobre os quilombolas brasileiros: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (Bolsonaro [...], 2017). Portanto, o governo Bolsonaro foi um reflexo das convicções ideológicas já presentes em toda a trajetória política do próprio ex-presidente.

Esse tipo de política ficou evidente em outro discurso do próprio ex-presidente. Na cerimônia de entrega de títulos de terra, no interior de São Paulo, Jair Bolsonaro orgulhou-se, em tom irônico, de não ter realizado demarcação de terras indígenas, titulação de terras quilombolas ou ampliação de áreas destinas a preservação ambiental: “Nosso governo demarcou uma só terra de reserva indígena? Demarcou um só quilombola? Ampliou algum parque nacional? Criou uma área de proteção ambiental?” (Verenicz, 2021).

Exemplo dessa política em curso foram as falas do ministro do ambiente, Ricardo Salles, em reunião com 25 autoridades presentes, em suas palavras: “ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento, ir simplificando” (STF, 2020 *apud* Bronz; Zhouri; Castro, 2020. p. 10). Uma alusão às reformas ilegais que não dependem da aprovação do Congresso.

Outra declaração que alude à política vigente, de produzir a morte dos trabalhadores, indígenas e comunidades tradicionais, foi a do ministro da Educação, Abraham Weintraub: “eu odeio o termo ‘povos indígenas’. Odeio esse termo. Odeio” (STF, 2020, *apud* Bronz; Zhouri; Castro, 2020, p. 11). Além disso, a Amazônia também se tornou, durante a vigência do necropoder, alvo de uma necropolítica a serviço do lucro de grupos econômicos internos e externos, como ficou claro no discurso do ministro da economia, Paulo Guedes: ““Eu recebi o embaixador dos Estados Unidos e a mensagem maior dele era uma só: nós queremos um bom ambiente de negócios. Nós vamos colocar centenas de bilhões de dólares aqui. O mundo inteiro quer investir no Brasil”” (STF, 2020 *apud* Bronz; Zhouri; Castro, 2020, p. 12).

Desta maneira, essa governamentalidade neoliberal-conservadora, combinada com uma necropolítica, terá efeitos no processo de titulação de terras quilombolas e demarcação de terras indígenas e, consequentemente, na expansão do dendê no nordeste paraense; não mais com uma agenda socioambiental, mas tão-somente em

busca do lucro, desrespeitando os pressupostos constitucionais que garantem a titulação e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Tomé-Açu, município onde os indígenas da etnia Tembé estão em conflitos com as empresas de dendê, está situada na “microrregião de Tomé-Açu”. A microrregião de Tomé-Açu abrange os municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu. Nessa região, concentram-se seis grandes empresas que apresentam maior concentração de terras. Em relação às áreas protegidas, dos territórios tradicionais e dos assentamentos de reforma agrária, existem 4 (quatro) das etnias Anambé e Tembé, 31 (trinta e um) comunidades quilombolas e 20 (vinte) projetos de assentamento (Silva; Magalhães; Farias, 2016, p. 170).

Os conflitos socioambientais nessa microrregião, são permanentes. Existe uma espécie de fricção interétnica, onde segmentos da sociedade nacional chocam-se com indígenas e quilombolas. Um sistema interétnico é formado por populações dialeticamente unificadas através de interesses opostos. Isso significa que essa relação entre populações representa mais do que uma cooperação, competição e conflito entre sociedades. Trata-se de uma oposição, uma contradição entre sistemas societários distintos que, por conseguinte, passam a constituir subsistemas do sistema interétnico (Oliveira, 1967).

Os efeitos dessa fricção relacionam-se, sobretudo, à perseguição e assassinato desses grupos sociais. Segundo o G1, desde 2012, a dendicultura vem produzindo vítimas, as levando à morte; entre elas estão: os quilombolas Abiair Amaral Gusmão e Josivane Amaral Gusmão, que sofreram um atentado no distrito de Quatro Bocas, em Tomé-Açu, em 7 de novembro de 2012; a liderança Artêmio Gusmão, que teve o corpo esquartejado a caminho da casa; e em 14 de abril de 2018, Nazildo dos Santos Brito, presidente da associação quilombola, foi morto por dois pistoleiros, no ramal da Roda D'água, também a caminho de casa (Vítimas [...], 2022).

Em relação aos conflitos em decorrência do dendzeiro, vale ressaltar que eles estão presentes nos governos civis-militares e mesmo durante os governos petistas, embora em menor número. Ao realizamos um mapeamento dos relatórios da Comissão Pastora da Terra dos anos 2002-2018, encontramos poucos registros de conflitos, embora graves e pontuais. Aqui, ressaltaremos apenas os relatórios que constam registros, a saber: os de 2006, de 2010 e de 2012.

Entre 1980 e 2006, durante os governos cívico-militares e governos pós-redemocratização, ocorreu uma guerra do dendê, entre a Agroindustrial Reara – Reflorestamento Amazônico Sociedade Anônima (cujos plantios passaram a ser

administrados, em 2006, pela Megaborges) e quilombolas, na bacia do Rio Jambuaçu,

Tomé-Açu, por conta da contaminação das águas com resíduos do óleo da Palma. Registrhou-se, nessa época, a morte de nove pessoas e a diminuição de quase metade do território quilombola, bem como a destruição da floresta nativa (Canuto *et al.*, 2006).

Além disso, encontramos dois registros de conflitos por trabalho escravo: em 22 de setembro de 2010, ocorreu um conflito com a empresa Megaborges, em Moju, com 800 denúncias de trabalho escravo (Canuto; Luz; Wichenieski, 2010), e outros 3 casos em 13 de agosto de 2012, em Tomé-Açu, com 10 denúncias e 10 libertos da situação de trabalho escravo (Canuto; Luz; Lazzarin, 2012).

Durante os governos Bolsonaro, esses conflitos cresceram. Segundo o mapeamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mais recente, "Conflitos do Campo Brasil 2021", foram registradas disputas associadas ao dendê envolvendo mais de 750 famílias nas seguintes regiões: no Acará, entre as comunidades Bucaia, do Rama São Lourenço, com a empresa BBF, antiga Biopalma, que atinge 60 famílias; em Acará, Tailândia e Tomé-Açu, entre as comunidades quilombolas do Alto Acará e Balsas, com a empresa Agropalma, envolvendo 650 famílias; em Tomé-Açu, entre os indígenas Tembé da TI Turé-Mariquita I e II com a empresa BBF, envolvendo 47 famílias (Indústria [...], 2022). As disputas envolvendo essas empresas dendêcolas, quilombolas e indígenas, podem ser visualizadas no mapa da Figura 1.

Figura 1 – Avanço de empresas de dendê sobre terras indígenas e quilombolas na microrregião de Tomé-açu conforme noticiado pelo G1 Pará (2022)



Fonte: G1 (2022).

Em consequência desses conflitos, como apurado pelo jornal Amazônia Real, segundo relato de quilombolas das comunidades Santo Antônio e Nossa Senhora da Batalha, no vale Acará, a empresa Agropalma tem os impedido de transitarem em seus territórios, fazendo o processo de cercamento das estradas que levam à comunidade. Segundo eles, a Agropalma diz ser dona da comunidade Nossa Senhora da Batalha, ocupada pelos quilombolas recentemente como resistência ao cercamento de seus territórios (Lobato, 2022).

Segundo Bronoski (2022), do portal “Pública”, a Agropalma, no Vale do Acará, usa um aparato de controle das populações tradicionais, uma torre de monitoramento, instalada na área de litígio, acerca de 40 metros do rio Acará. Segundo os quilombolas, essa torre possui placa solar, sinal de internet e uma câmera para capturar imagens. Por outro lado, o grupo BBF, na comunidade quilombola Nova Betel, no distrito Quatro Bocas, em Tomé-Açu, também passou a controlar e vigiar os quilombolas, reproduzindo, dessa forma, o mesmo *modus operandi* da necropolítica nacional.

Outra situação social crítica é a dos Tembés, de Tomé-Açu, originários da etnia

Tenetehara, de filiação linguística Tupi Guarani. São 86 indivíduos que integram as atuais 20 famílias das aldeias e falam a língua portuguesa. As terras indígenas Turé-Mariquita I e II, e a Aldeia Nova, localizam-se no município de Tomé-Açu, na mesorregião nordeste paraense. O acesso às suas terras ocorre através do distrito de Quatro Bocas, em Tomé-Açu, pela estrada PA140, por meio da qual se chega ao ramal Mariquita, onde estão as aldeias; ao todo são 26 Km neste trajeto (Nahum; Thury, 2015).

A Biopalma era a empresa que mais possuía contatos com os Tembés. A aquisição de áreas para os plantios de dendê iniciou no final de 2007, pela Biopalma. Em 2009, a empresa instalou seus viveiros na região. Entre maio e junho de 2009, o preparo da área foi iniciado nas fazendas que compõem o polo e, em janeiro de 2010, ocorreu o primeiro plantio; a implantação de dez mil hectares de dendê na região de Tomé-Açu terminou em março de 2011, quando foi iniciada as outras etapas da expansão do dendê no município (Nahum; Thury, 2015).

A Biopalma, em certo sentido, procurava manter relação amistosa com a vizinha população indígena, prestando-lhe auxílio quando necessário. Em 2010, por exemplo, a empresa formalizou contrato de trabalho de três indígenas, representantes de cada aldeia que vigiam suas próprias áreas. Além disso, eles realizam a limpeza dos picos de demarcação das áreas indígenas (Nahum; Thury, 2015).

Contudo, essa relação “amistosa” mudou com a venda da Biopalma, de capital social vinculado à Vale, para o grupo Brasil BioFuels (BBF), durante o governo Bolsonaro, que vem desrespeitando os direitos dos indígenas em Tomé-Açu. Segundo a Ong Repórter Brasil, o estímulo à violência nessa região ganhou força após o apoio de dois políticos alinhados com Bolsonaro, por defenderem a empresa: o deputado Delegado Caveira (PL), que afirmou "Onde a justiça não alcança, a pólvora tem que alcançar", em uma manifestação de trabalhadores da BBF, em Belém; e o candidato a governador nas eleições de 2022, Zequinha Marinho (PL), que saiu em defesa da empresa, em audiência em Tomé-Açu, dizendo que buscaria o Ministério da Justiça para pedir esclarecimentos sobre o roubo dos frutos denunciado pela BBF (Harari; Freitas, 2022).

Como mencionado, a BBF entrou no mercado de dendê paraense ao adquirir a Biopalma, em 2020, então subsidiária da mineradora Vale, e controla 56 mil hectares no estado. Suas plantações estão localizadas no Vale Acará e no Baixo Tocantins, maior região produtora de óleo de palma do Brasil. As comunidades tradicionais afirmaram que a BBF vem descumprindo os acordos firmados pela Biopalma, de apoio à perfuração de

poços artesianos e às roças. Cansados de esperar, quilombolas e indígenas ocuparam os plantios da empresa no Acará, formando por lá pequenos acampamentos; como consequência, as comunidades tradicionais foram repelidas por forças do Estado e das empresas, sendo que um de seus membros foi baleado. Os descontentamentos também levaram, em abril de 2020, um quilombola a ser preso após ser agredido por seguranças da empresa. Na ocasião, os indígenas e quilombolas também tornaram a ocupar a sede da BBF, em Acará, em protesto contra as violações ambientais praticadas pela empresa. No final do ano seguinte, indígenas também relataram que foram espancados e xingados por funcionários da BBF (Harari; Freitas, 2022).

Essa resistência de indígenas e quilombolas, mesmo sendo repelidas, evidenciam o giro ecoterritorial, uma ação coletiva de indígenas e quilombolas em defesa dos membros de seus grupos sociais, mas também de seus territórios/lugares invadidos pelo neoextrativismo do dendê.

Segundo o jornal Global Witness (2022), entre o final de abril de 2022 e início de julho de 2022, homens armados estariam agindo em nome da BBF, no Vale Acará: 1) grupos de homens armados bloquearam estradas ao redor de territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos; 2) homens armados fizeram blitz, parando carros e motos, em busca de lideranças políticas de lideranças indígenas e quilombolas; 3) homens armados torturaram membros de uma comunidade indígena derramando plástico derretidos sobre suas costas; 4) homens armados atiraram em membro de comunidade indígena, e obrigaram vários a se deitar, foram humilhados e tiros foram disparados como forma de intimidação; 5) homens armados obrigam um adolescente quilombola a deitar no chão e dispara tiros perto de sua cabeça causando gravíssimos problemas auditivos; 6) pela noite, quilombolas são parados nas estradas e humildados por funcionários da BBF e/ou seguranças.

A consequência mais recente dessa expansão do neoextrativismo foi o registro de mais de 750 boletins de ocorrência, desde 2021, das empresas dendêcolas contra as comunidades tradicionais, por "roubo, furtos, incêndios criminosos, tentativas de estupro, agressões de trabalhadores, tentativas de homicídios, disparos de armas de fogo, entre outros" (Mendes, 2023). A empresa passou a estigmatizar os quilombolas e indígenas e os culpar pelos problemas territoriais que o próprio extrativismo do dendê engendra.

Nesse sentido, os efeitos reais do dendê para as comunidades tradicionais levaram, na madrugada de 14 de maio de 2023, o cacique Lúcio Tembé, de Tomé-Açu, a ser baleado, levando o Ministério Público Federal, no dia 15 de maio do mesmo ano, a instaurar um comitê de crises para dar um basta na situação (Mendes, 2023).

Em resposta ao avanço do neoextravismo do dendê, os povos indígenas da etnia Tembé escreveram um manifesto de repúdio às denúncias realizadas pelo grupo BBF e seus defensores políticos. O título do documento é “Manifesto do povo Tembé contra as calúnias do grupo BBF e seu modelo cínico de sustentabilidade”, que é enfático:

Nosso povo não tem nenhuma associação com grupos criminosos que atuam na região, como quer fazer parecer a empresa. Ao contrário disso, como já mostrou a investigação comandada pelos órgãos de segurança, o cacique Lúcio Tembé foi alvo de um atentado justamente por combater possíveis usuários e traficantes de drogas em nossa Terra Indígena. Temos sobrevivido às ameaças de morte promovidas por grupos milicianos que atuam em favor da BBF. Temos lutado quando o poder econômico faz balançar a justiça e as autoridades. Chegamos até aqui porque aprendemos com nossos antepassados que o território é sagrado, ele é parte de nós e nós somos parte dele (FIOCRUZ, 2023).

Outro trecho do manifesto é pertinente porque também traz nele a cosmovisão indígena, a defesa da natureza e do território através do giro ecoterritorial, como aponta Svampa (2019), ou do “lugar”, como lembra Scobar (2005):

Como falar em sustentabilidade se nós, guardiões das florestas, somos tratados como marginais em nossa própria casa? Como pensar em descarbonização, redução da pegada de carbono, se nós respiramos o ar infecto de agrotóxicos? Como pensar na manutenção da vida na terra se não temos como mensurar os impactos dos agrotóxicos em nossas vidas, nós que vivemos cercados pelos plantios da empresa e sofremos com as chuvas de veneno? A BBF nos chama de invasores, mas como pode alguém invadir o que é seu? (FIOCRUZ, 2023).

No mais, percebe-se que vários casos registrados envolvendo indígenas e quilombolas, contra empresas de dendê na microrregião de Tomé-Açu, aprofundaram-se durante os governos Bolsonaro. Em nível nacional, tinha-se um ataque sistemático às terras demarcadas dos indígenas e titulação de terras quilombolas. Já em escala local, passou a existir o apoio de lideranças políticas, deputados e senadores, vinculados ao governo Bolsonaro, contra os interesses de indígenas e quilombolas e a favor dos interesses do grupo BBF. A necropolítica ocorre aqui, portanto, a partir da legitimidade do neoliberalismo em nível nacional, que transforma em nível local os territórios de indígenas

e quilombolas, na microrregião de Tomé-Açu, em “mundos morte”, como lembra Mbembe (2016).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos achados buscam ressaltar a premissa de que as empresas dendêcolas, juntamente com o governo Bolsonaro, deixaram de lado a roupagem de um discurso de sustentabilidade, presente nos programas governamentais dos governos Lula 1 e 2, e aprofundou os conflitos socioambientais envolvendo indígenas/quilombolas e empresas produtoras de óleo de palma que já vinham ocorrendo anos antes.

A dendicultura, como vimos, inicialmente, esteve vinculada à promessa do crescimento econômico durante os governos militares. Posteriormente, passa a existir uma predominância de uma economia verde – bioeconomia –, onde enfatiza-se a importância da monocultura da palma para a geração de energia limpa com o biodiesel, do reflorestamento, e da inclusão de agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê.

Todavia, com o governo Bolsonaro, deixa-se de lado essa roupa ideológica e assume-se o caráter estritamente econômico do dendê. Passa a existir uma defesa da livre iniciativa privada, da não demarcação de terras indígenas e não titulação de terras quilombolas que irá ajudar a aprofundar as tensões territoriais na região de fricção interétnica de Tomé-Açu, nos municípios do Acará, de Moju, de Tailândia e Tomé-Açu, como retratam os jornais por nós coletados.

Com a necropolítica do governo Bolsonaro, as empresas de dendê encontraram apoio político de sujeitos vinculados ao governo, como fica claro na fala do deputado Caveira (quando defendeu a pólvora em substituição da legalidade) e do ex-senador Zequinha Marinho (que defendeu a criminalização dos indígenas e quilombolas, os acusando de furto dos equipamentos e meios de produção de umas das empresas produtoras de dendê), para avançarem sobre as terras indígenas e quilombolas. Todavia, em resposta a essa ofensiva do capital, os indígenas e quilombolas passaram a ocupar terras, invadir as empresas de dendê e escrever manifestos como forma de resistência, o que revela o “giro ecoterritorial” em suas ações, isto é, passa a existir uma ação coletiva de valorização das territorialidades desses grupos sociais através de uma organização política contra os avanços do neoextrativismo, como lembra Svampa (2016, 2019).

Indígenas e quilombolas possuem impressões distintas sobre a natureza, ao contrário das empresas dendêcolas, que a visualizam como mercadoria. Segundo Castro (1999), o trabalho entre quilombolas não pode se encaixar em uma categoria estritamente econômica. Nas sociedades tradicionais, como as que existem na Amazônia, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, que reúne nos elementos técnicos e de gestão o “mágico”, o “ritual”, um conjunto de manifestações, materiais e simbólicas dos humanos face à natureza (Castro, 1999).

Os povos indígenas também possuem uma relação distinta com o território/lugar. Krenak (2019), intelectual indígena, entende que terra e humanidade não são coisas distintas, pois fazem parte de uma totalidade chamada natureza. O cosmos é natureza, tudo que é pensável é natureza. Daí a necessidade de se questionar: recurso natural para quem? desenvolvimento sustentável para quê? o que é preciso sustentar? Ou, em nosso caso, dendê para quem? Desenvolvimento da palma para quê? O que é preciso sustentar?

No mais, o objetivo do presente trabalho foi mostrar o cenário de conflitos socioambientais de indígenas e quilombolas contra empresas produtoras de dendê na região de fricção interétnica – microrregião de Tomé-Açu –, durante o governo Bolsonaro e sua agenda necropolítica. Todavia, é necessário um estudo que vá além da pesquisa bibliográfica e que revele, localmente e empiricamente, as atuais condições sociais de indígenas e quilombolas, principais afetados pelo agronegócio do dendê.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. **Agricultura camponesa e o agronegócio do dendê no município de Tomé-Açu (PA)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

ALVES, S. R. **Nosso canto é aqui!** Quilombolas de Santa Maria do Traquateua frente a interesses do poder privado em Jambuá/Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BOLSONARO: “Quilombola não serve nem pra procriar”. **Congresso em Foco**. Brasília, 5 abr. 2017. Disponível em:  
<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-se-rve-n-em-para-procriar/>. Acesso: 6 set. 2024.

BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial:** sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

BRASIL. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis:** 2020/Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Rio de Janeiro: ANP, 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em:  
<https://legis.senado.leg.br/norma/570546>. Acesso: 16 set. 2020.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República.** Brasília, DF: Secretaria de Imprensa, 2010. Disponível em:  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/>  
[discursos.2o-mandato/2010/06-05-2010-discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma](http://discursos.2o-mandato/2010/06-05-2010-discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma). Acesso: 12 mai. 2023.

BRONOSKI, B. Com a inércia do governo, empresas de dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia. **Pública**. São Paulo, 18 ago. 2022. Disponível em:  
[!\[\]\(11180f88349a0f55a115986a3613acf7\_img.jpg\)](https://apublica.org/2022/08/com-inercia-do-governo-empresas-do-dende-avancam-sobre-terras-publicas-da-amazonia/#:~:text=Reportagem-,Com%20in%C3%A9rcia%20do%20governo,%20e%20empresas%20da%20Amaz%C3%A9nia&text=No%20dia%2027%20de%20junho,de%20Pol%C3%A1cia%20Civil%20de%20Acar%C3%A1. Acesso em: 30 mai. 2023.</a></p></div><div data-bbox=)

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 49, p. 8-41, 2020.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. (coord.). **Conflitos no campo Brasil 2006**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006. CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; LAZZARIN, F. **Conflitos no campo Brasil 2012**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2012.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. (coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

CARVALHO, A. C. A. **As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendicultura em Tomé-Açu (PA)**: um estudo de caso na Vila Forquilha. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

CRUZ, B.; ROCHA, G. Dendê como projeto de estado: uma alternativa econômica, social e ecológica para a Amazônia. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 9., 2007, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FEROLDI, M; GREMONEZ, P. A; ESTEVAM, A. Dendê: do cultivo da palma à produção de biodiesel. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v. 13, n. 5, p. 3800-3808, dez. 2014.

FIOCRUZ. Indígenas Tembé da TI Turé-Mariquita e comunidades tradicionais lutam por suas terras contra empresa BBF na Guerra do Dendê. **Mapa de Conflitos**. Manguinhos, ago. 2023. Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/indigenas-tembe-da-ti-ture-mariquita-e-com-unidades-tradicionais-lutam-por-suas-terras-contra-empresa-bbf-na-guerra-do-dende/>.

Acesso: 6 set. 2024.

GLOBAL WITNESS. **A sombra do dendê**. Washington, set. 2020. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/amazonpalm-pt/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

HARARI, I.; FREITAS, H. Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com a produtora de biodiesel. **Repórter Brasil**. 8 ago. 2022. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2022/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-em-disputa-fundiaria-com-produtora-de-biodiesel/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

INDÚSTRIA do dendê no Pará está em conflito de terra com indígenas e quilombolas. **Pará Terra Boa.** Belém, 2022.

Disponível em:

<https://www.paraterraboa.com/agricultura/industria-dodende-no-paraeesta-em-conflito-de-te-rra-com-indigenas-e-quilombolas/>. Acesso: 29. mai. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, A. M de. **Estudos recentes e perspectivas da viabilidade técnico-econômica da produção de biodiesel.** Brasília, DF: Embrapa Agroenergia, 2011

LOBATO, A. Entenda como o governo Bolsonaro age para travar a titulação de terras quilombolas. **Brasil de Fato.** São Paulo, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/entenda-como-o-governo-bolsonaro-age-parat-ravar-a-titulacoes-de-terras-quilombolas>. Acesso: 30 mai. 2023.

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis:** utopia e luta na Amazônia. 2. ed. Belém: Cejup, 2001.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

MENDES, K. Comitê de crise investiga atentado a cacique Tembé em região de 'guerra do dendê'. **Mongabay.** Amazônia, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/05/comite-de-crise-investiga-atentado-a-cacique-tembe-em-regiao-da-guerra-do-dende/#:~:text=Um%20comit%C3%AA%20de%20crise%20vai,ati%20vistas%20sem%20a%20devida%20puni%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MOTA, D. M.; MOURÃO JÚNIOR, M.; SCHMITZ, H. Oil Palm Cultivation in the Brazilian Amazon: State Actions, Interest Groups, and Conflict. *In:* BONANNO, A.; CAVALCANTI, J.

S. B. (org.). **State Capitalism under Neoliberalism:** The case of Agriculture and food in Brazil. Lexington Books: Lanhan, 2019. p. 93-111.

NAHUM, J. S.; THURY, J. P. C. Encontros e desencontros na Amazônia Paraense: Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA). **InterEspaço**, Grajaú, v. 1, n. 3, p. 82-96, 2015

NAHUM, J. S; SANTOS, L. S. dos; SANTOS, C. B. dos. Formação da dedeicultura na Amazônia paraense. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-14. 2020.

OLIVEIRA, R. C. de. Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia. **Revista do Instituto de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-91, 1967.

PANDOLFO, C. M. **Seminário sobre a realidade amazônica para professores da Disciplina “Estudos de problemas brasileiros”**. Belém: SUDAM, 1973.

SCOBAR, A. O lugar e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 63-79.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIA, A. L. A. Monocultivos de dendêzeiro, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 23, n. 11, p. 165-195, 2016.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. VENTURIERI, A.; MOURÃO JUNIOR, M.; NASCIMENTO JUNIOR, J. de D. B.; BOARI, A.

de J.; GOMES JUNIOR, R. A. Áreas prioritárias para a expansão da dendêicultura no estado do Pará: uma análise do zondendê e a ocorrência do amarelecimento fatal do dendêzeiro. **Portal Ecodebate**, Brasília, n. 1946, p. 1-9, out. 2013.

VERENICZ, M. Bolsonaro celebra que governo não demarcou nenhuma terra indígena. **Carta Capital**. São Paulo, 13 out. 2021.

Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-celebra-que-governo-nao-demarco-u-ne-nhuma-terra-indigena/>. Acesso: 6 set. 2024.

VÍTIMAS da ‘guerra do dendê’: quem são as lideranças quilombolas mortas no conflito por terras no PA. **G1**. Belém, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pará/noticia/2022/07/03/vitimas-da-guerra-do-dendê-quem-sao-as-liderancas-quilombolas-mortas-no-conflito-por-terras-no-pará.ghtml>. Acesso: 29 mai. 2023.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

A necropolítica do dendê: algumas considerações sociológicas sobre a situação dos indígenas e quilombolas no nordeste paraense durante o governo Bolsonaro

Marlon Kauã Silva Cardoso

Mestrado em Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Brasil, pesquisador

Marlonka.mk@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2019-5119>

### Endereço de correspondência do principal autor

Avenida Balbino Teixeira, 4048, 68725-000, Igarapé-Açu, PA

### AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fernanda Lemos, que contribuiu na leitura deste trabalho e o submeteu, juntamente comigo, para a apresentação no 47º Encontro Anual da Anpocs

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** M. K. Silva Cardoso.

**Coleta de dados:** M. K. Silva Cardoso.

**Análise de dados:** M. K. Silva Cardoso.

**Discussão dos resultados:** M. K. Silva Cardoso.

**Revisão e aprovação:** M. K. Silva Cardoso.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Informar conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, possíveis vieses temáticos. Para mais informações:

[https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper\\_CSE.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper_CSE.pdf)

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial

neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

**PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Esse documento **não** deve ser impresso e digitalizado, aconselhamos a digitalização apenas da assinatura dos autores e inclusão no presente documento. Todas as assinaturas dos autores devem constar neste mesmo documento. Os editores desta revista, garantem que irão alterar somente o conteúdo de responsabilidade da revista, assim como os autores só irão acrescentar conteúdos referente a suas responsabilidades.

**HISTÓRICO –**

Recebido em: 05/07/2023

Aprovado em: 09/09/2024

Publicado em: 26/10/2024